



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0128/18	DATA: 17/04/2018	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 16h47min	PÁGINAS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RAPH GOMES ALVES - Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. JÚLIO CÉSAR - Deputado Distrital. LÚCIO ROGÉRIO - Secretário Executivo da Frente Parlamentar da Atividade Física Para o Desenvolvimento Humano. ROBERTO CORRÊA - Especialista em Educação Física Escolar. PATRICK AGUIAR - Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (CREF 7/DF).

SUMÁRIO

Debate sobre a disciplina Educação Física na Base Nacional Comum Curricular — BNCC e a importância da sua obrigatoriedade em todo o Ensino Básico.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos!

Esta reunião ordinária de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 212/2018 e 213/2018, de iniciativa dos Deputados Evandro Roman e Flávia Moraes, e visa debater a disciplina Educação Física na Base Nacional Comum Curricular — BNCC e a importância da sua obrigatoriedade em todo o Ensino Básico.

Convido para tomar lugar à mesa o Deputado Distrital Julio Cesar, autor da Lei nº 5.884/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de professor licenciado em Educação Física no sistema de ensino do Distrito Federal. Ele está a caminho.

Convido o Sr. Raph Gomes Alves, Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; o Sr. Roberto Corrêa, especialista em Educação Física Escolar, e o Professor Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, meu nobre e grande amigo.

Tendo em vista a falta de espaço para todos na mesa, os demais convidados sentarão nas primeiras fileiras. Devo esclarecer, no entanto, que suas senhorias, de fato, fazem parte da Mesa.

Gostaria então de anunciar a presença dos demais convidados: Sr. Patrick Novaes Aguiar, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região — CREF7/DF; Sr. Lúcio Rogério, Secretário Executivo da Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, grande amigo também.

Informo também que foram convidados para participar desta audiência e justificaram sua ausência o Sr. Jovino Oliveira Ferreira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região — Goiás e Tocantins e o Conselho Nacional de Educação Física.

Antes de passar a palavra aos senhores expositores, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado.

Eu sei que é pouco, poderia até ser mais tempo, mas nós temos seis pessoas expositores. Aos 10 minutos eu os aviso, podendo usar, no máximo, mais 2 minutos para fazer as conclusões, para podermos seguir toda a agenda do Congresso



Nacional hoje. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que for citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, no *link* disponível na página da Comissão do Esporte no Portal da Câmara dos Deputados, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão. Os presentes neste plenário também poderão fazer perguntas por meio de formulário disponível com a equipe da Secretaria. Ao final, conforme as informações forem chegando pelo portal e-Democracia ou dos senhores que se fazem presentes, farei a leitura, dentro do possível e do tempo de que dispomos.

Passo a palavra ao Sr. Raph Gomes Alves.

O SR. RAPH GOMES ALVES - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Evandro Roman, que integra a Mesa, e agradecer o convite. Quero cumprimentar o Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, e o Roberto Corrêa também, especialista em educação física escolar.

Eu sou o Raph Gomes, Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Sou professor de química da rede estadual de educação de Goiás, coordenei a área de ensino da Secretaria Estadual de 2011 a 2014 e, hoje, estou no Ministério coordenando a área de currículo e os programas para a educação básica.

Eu vou pedir licença. Já que me autorizaram, vou me utilizar da apresentação de eslaides.

(Segue-se exibição de imagens.)

O tempo é desafiador para falar sobre Base Nacional Comum Curricular — BNCC e educação física na base, mas eu vou tentar. Qualquer coisa, vocês me ajudam.

Eu acho que primeiro devemos apresentar um contexto sobre o que é essa base. Nós já tivemos homologada, agora em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental. No início do mês de abril, nós entregamos a proposta de base para o ensino médio ao Conselho



Nacional de Educação — CNE. Então, nós já temos uma etapa — educação infantil e ensino fundamental — normatizada, já é uma norma para todos os sistemas e escolas públicas e privadas do País, pensando a educação infantil e ensino fundamental. E temos uma proposta entregue ao CNE que terá um rito próprio de discussão com a sociedade civil para proposta de base para o ensino médio.

A base é um documento que expressa quais são as aprendizagens essenciais às quais todo aluno matriculado em qualquer escola pública ou privada deste País tem direito a ter acesso. Então, é um importante documento que diz o que é essencial que eles aprendam. Além disso, ele também serve tanto para o Ministério da Educação quanto para as demais redes no direcionamento das políticas públicas — política pública de avaliação, de produção de material de apoio, de formação de professores, de acompanhamento e demais programas e ações.

Este eslaide mostra informações que deixam um pouco claro o que é esse documento. Primeiro ponto: a base não é currículo, a base é um documento que diz quais são as aprendizagens essenciais. A forma como essas aprendizagens serão ensinadas nas escolas — como vão ser avaliadas, quais são as estratégias, qual é o contexto — é própria do currículo escolar, própria do projeto pedagógico da escola, do plano de aula do professor. A base não entra neste nível de detalhe sobre como ensinar, mas, com relação a quais as aprendizagens essenciais de Norte a Sul deste País, é ela este importante documento e diretriz que orienta as demais normas. Esse é um ponto importante.

A base é um documento já normatizado para a educação e o ensino fundamental que orienta a construção dos currículos, que é uma fase importante em que estamos agora. Para se ter uma ideia, nós fizemos aqui uma cronologia de como foi o processo tanto de discussão quanto de aprovação da Base Nacional Comum Curricular.

Acho que é importante ter uma Base Nacional Comum Curricular. Nós temos tanto a Câmara Federal, quanto a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais. Todos esses documentos já diziam da importância de se ter uma base curricular que expresse o que é essencial. Por último, há o Plano Nacional de Educação também.



Por mais que a gente tenha todo esse histórico legislativo e de normas, o documento não tinha saído. Mas em 2014 começou uma discussão importante para a construção desse documento. Em dezembro de 2017, tivemos a primeira parte dele, que é a educação infantil e o ensino fundamental, normatizada.

Esse é um ponto importante até para destacar, porque é um documento que primeiro mostra que é uma política de Estado, não é uma política do Governo X, Y ou Z. É uma política que perpassou Governos, Ministros, Secretários de Educação Básica. E a gente tem um documento importante, por mais que haja mudanças.

Outra questão também importante é que ele é um esforço integrado não só do MEC. Ele é um esforço integrado do MEC, dos Estados, dos Municípios, das redes privadas, de universidades e de vários outros atores também, tanto da sociedade civil quanto de pessoas diretamente ligadas à educação.

O que acontece? Para a implementação da base, nós temos que ter várias iniciativas. Uma delas é a construção dos currículos, que é a fase em que nós estamos agora neste momento. Para apoiar os Estados e Municípios na construção dos currículos, o MEC lançou agora em janeiro um programa de apoio à implementação da base, pensando a primeira etapa, que é a construção dos currículos. Ele é um programa que não é só do MEC. É um programa do MEC, do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação — UNCME, que são os normatizadores desses currículos, os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais. Então é um programa que tem toda essa dimensão de atores envolvidos também, sob a coordenação do Ministério da Educação.

Esse programa prevê apoio técnico e financeiro para os Estados construírem os seus currículos em regime de colaboração com os Municípios, até pensando a quantidade de Municípios que nós temos no País. Há Municípios muito pequenos em que a Secretaria tem dificuldade técnica. Muitos desses Municípios seguiam os currículos das Secretarias Estaduais que já tinham documento curricular próprio.

O que a gente está fazendo aqui é um movimento um pouco diferente, pensando esse aprendizado de ter um currículo observado pelas redes municipais



também, um documento curricular que seja construído, em que a Secretaria Municipal não só use o currículo da rede estadual, não é isso, mas a rede estadual juntamente com os Municípios que aderirem a essa iniciativa construam os currículos daquele território, daquele Estado, de forma conjunta.

É um trabalho em que o Município não entra de carona no currículo da rede estadual, mas o Município constrói junto com a rede estadual o documento curricular daquele Estado, daquele território. É uma forma de você otimizar recursos. É uma forma de você pensar que muitos dos professores estão em duas redes, rede municipal e rede estadual. Além disso, também há a questão do aluno, que ora está na rede municipal, ora na rede privada, ora na rede estadual. Essa é uma forma de você também garantir esse fluxo dele dentro daquele território. Esse é um ponto importante.

A gente está com esse programa que dá apoio financeiro e técnico aos Estados, para construírem os currículos em regime de colaboração. O importante é que as 27 Unidades da Federação aderiram à iniciativa.

A gente está agora em processo de adesão dos Municípios para essa construção. Já foram constituídas equipes técnicas de especialistas em currículo dentro de cada Estado. As pessoas que participam desse grupo que vai ser o redator de currículo dentro do Estado, juntamente com outros profissionais, são profissionais de cada Estado. E o profissional que participa desse grupo é o redator de currículos dentro do Estado, juntamente com outros profissionais indicados pelas secretarias estaduais e municipais de educação, pensando em um repertório até mesmo curricular, ou seja, qual seria o currículo dessa pessoa para estar ali fazendo também esse processo.

Já participamos de um encontro presencial com essas 800 pessoas. Isso foi importante para o Ministério da Educação, até para ver a qualidade técnica dessas pessoas. De forma geral — pensando na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, que é a representante dos Municípios dentro de cada Estado —, Estados e Municípios tiveram um cuidado técnico na indicação desses profissionais. Além disso, houve plataforma para apoiar a construção de currículos e outros pontos.



Aqui só há um exemplo mesmo. Muitas pessoas participaram dessas discussões, mas, em todas elas, há aqueles que, às vezes, não estão muito atentos no processo, ou por um problema de comunicação, ou por outras questões.

A partir do momento em que nós temos a base construída, é bem importante fazer com que as pessoas conheçam, detalhem e estudem esse documento, para que ele vire uma proposta curricular no Estado.

Por isso, o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED e a UNDIME, promoveu, no mês de março, um período de ampla discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular. Praticamente todos os Estados participaram dessa iniciativa. Esse aqui é só um exemplo disso.

Esse programa prevê também informação para professores, formação para equipe de currículo, formação para professores das redes, fomentada por essa equipe de currículo e etc.

Vou ter que adiantar a apresentação, porque, senão, nós não vamos conseguir terminar.

Um fato importante também em relação à Base Nacional Comum Curricular — eu nem cheguei na parte da educação física — é o papel que ela tem relacionado à orientação das demais políticas públicas. O Programa Nacional do Livro Didático trata do material didático.

Com relação ao livro didático, a partir do momento em que nós tivermos um documento normativo, que é a base, o edital, por exemplo, do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, observaremos essa Base Nacional Comum Curricular. Não faz sentido termos uma base que diz o que é essencial que crianças, jovens e adolescentes devam aprender se o principal material de suporte que é dado aos professores estiver olhando para o outro lado.

Um ponto importante que já gerou mudança no Ministério da Educação foi a alteração do edital. O edital de 2019 trata dos livros que já chegaram no próximo ano, que são os livros do 1º ao 5º anos. Esse edital já está alinhado não à versão finalizada à Base Nacional Comum Curricular — o tempo para isso não seria



possível, porque o edital de 2019 saiu bem no início do ano passado —, mas à terceira versão.

O interessante é que os livros do 1º ao 5º anos serão consumíveis, ou seja, que o livro seja do aluno. Ele irá usá-lo e, no próximo ano, haverá reposição total daqueles livros para outros alunos. E o que vai acontecer com esses livros? Em 2020, eles já irão chegar reformulados, pensando na Base Nacional Comum Curricular. O edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD, de 2020, que trata do 6º ao 9º anos, já foi publicado, e o anexo pedagógico que nós temos é que os livros didáticos precisam atender à Base Comum homologada. Então, esse é um ponto importante, assim como as avaliações externas, como, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB e o Prova Brasil. As matrizes terão que se ajustar pensando na Base Nacional Comum Curricular. Há outros pontos também, como, formação inicial, formação continuada de professores e recursos tecnológicos. Essas são outras políticas públicas que apoiam a escola e as redes no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular. Esse é o panorama geral.

Só para chegar na parte educação física, o que é a estrutura do documento que foi aprovado? Vou explicar para todos os senhores terem uma noção básica.

A Base Nacional Comum Curricular foi construída pensando em dez competências gerais. Essas dez competências gerais são competências que esperam que todo o sujeito que passou pela escola se desenvolva. Trata-se tanto de competências cognitivas, quanto de competências socioemocionais, como, por exemplo, cooperação, trabalho em grupo e outras questões, ou seja, como saber, por exemplo, selecionar informações, portar-se e dar *feedback* diante de uma determinada situação.

Ela prevê o desenvolvimento de competências gerais, que nós chamamos de As Dez Competências Gerais da Base, que orientam todas as etapas, como a educação infantil e o ensino fundamental. E a proposta de base para o ensino médio vem em observância a essas dez competências gerais.

Essas dez competências gerais estão divididas em etapas, pensando em educação infantil e em ensino fundamental. Para o ensino fundamental, há uma divisão que são as áreas do conhecimento. Para cada uma dessas áreas do



conhecimento, há linguagem, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Para cada área de conhecimento, há competências específicas. Depois da área, chega-se aos componentes curriculares, que é onde estão a educação física, matemática, ciência, geografia, história e etc. A base para o ensino fundamental está organizada pensando em dez competências gerais para cada área do conhecimento.

Com relação ao componente curricular, as competências específicas do componente curricular e as habilidades são o que se pretende desenvolver.

Com relação à educação física em especial, a concepção que o grupo de curriculistas teve, pensando do ponto de vista até mesmo das audiências públicas e do *feedback* que recebeu de todo o processo de discussão, foi utilizar concepções para produzir aquele documento. Uma das concepções que está aqui expressa é que a educação física é um componente curricular que tematiza as práticas corporais, em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestação e possibilidades expressivas do sujeito, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história.

Há um contexto que não trata apenas de educação física pensando no treinamento esportivo, mas em outras dimensões também da prática corporal e, é claro, na questão da saúde, além de outros pontos.

Um ponto interessante em relação à organização da Base Nacional Comum Curricular, a forma como ela está organizada, pensando na educação física, são as habilidades específicas para determinada etapa, como, por exemplo, determinado ano escolar. Outras práticas foram a de tomar decisões, que podem ser trabalhadas em etapas diferenciadas também. Isso está sendo dito aqui.

Aqui há dez competências gerais específicas para o componente de educação física: desde planejar e empregar estratégias para resolver desafios, até mesmo identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde e formas de produção do preconceito e etc. Aqui estão as dez competências específicas.

Outro ponto interessante também aqui é como essa base está organizada, pensando na lógica da educação física. Onde chegam as habilidades, tem-se unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. As unidades temáticas estão divididas aqui em seis grupos, que são brincadeiras e jogos, esportes,



ginásticas, danças, lutas e práticas corporais e aventuras. Isso aqui é um ponto importante também. Cada uma dessas práticas está organizada em oito dimensões do conhecimento. Quando olhamos para o item habilidade, conseguimos enxergar uma ou mais dimensões dessas, como a experimentação, o uso e a apropriação daquela prática corporal, a reflexão sobre a ação, a análise e a compreensão e o protagonismo comunitário também.

Aqui há um exemplo de onde é, que, nesse caso, é de um quadro organizado. É aquilo que dissemos anteriormente, você tem, na primeira coluna, o componente educação física, na segunda coluna, qual o ano adequado para aquela habilidade de acordo com a Base, a organização da unidade temática, que uma delas é brincadeiras e jogos, que vimos anteriormente, que está dentro das oito dimensões. Também temos objetos e conhecimento, que, se olharmos lá para as disciplinas de ciência e matemática, seria, nesse sentido, uma espécie de conteúdo. Claro que aqui é um pouco diferente na educação física. E ali mostra a habilidade que se pretende desenvolver naquela criança, pensando aqui no primeiro e no segundo ano, com a educação física.

Então, quando você pega a base de educação física, você consegue chegar a essa parte. Essa é uma parte bem importante, porque é a partir daqui que os Estados e as escolas vão se detalhar para chegar, por exemplo, aos seus currículos, ao seu Projeto Político-Pedagógico, em que há outros exemplos também de habilidades. Essa proposta para a Base Nacional Comum Curricular destinada ao ensino fundamental e à educação infantil está disponível nesse portal aqui para *download*, *download* editável, e assim por diante.

Desculpem-me pela correria. Coloco-me à disposição para os demais momentos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado. Nós é que agradecemos a possibilidade de ouvirmos V.Sa., Sr. Raph Gomes Alves, Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.



Gostaria de chamar o Deputado Distrital Júlio César — seja bem-vindo! —, autor da Lei nº 5.884, de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do professor licenciado em educação física no sistema de ensino do Distrito Federal.

O senhor dispõe de 10 minutos, Deputado. Primeiramente, seja muito bem-vindo a esta Casa e a esta Comissão, principalmente a esta audiência pública. Com 10 minutos, eu aviso o senhor e, depois, serão dados mais 2 minutos, para que o senhor possa fazer as suas conclusões.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Boa tarde. Primeiramente, eu gostaria de dizer que é um prazer eu poder estar aqui com V.Exa., Deputado Evandro Roman. Nós já nos conhecemos. Quando V.Exa. era Secretário de Estado do Esporte, salvo melhor juízo, no Paraná, eu também era Secretário de Estado do Esporte aqui no Distrito Federal e nós nos encontramos lá no Rio de Janeiro, acho, se eu não me engano, no evento do Fórum Nacional de Secretários de Educação. Nós estivemos juntos lá para debater algumas questões relacionadas ao esporte. Então, para mim é uma honra eu estar aqui.

Quero cumprimentar o Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF, Sr. Jorge, também o nosso mestre Professor Roberto Corrêa, que esteve conosco em uma audiência pública ali na Câmara Distrital — uma audiência bem quente — que ocorreu ontem, juntamente com o representante da Secretaria de Educação, o Sr. Raph Gomes Alves, do Ministério da Educação. E vejo também aqui algumas pessoas amigas, como o nosso Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal —CREF7/DF, o Patrick Aguiar. Está aqui o Álcio, que representa a comissão dos professores aprovados aqui do Distrito Federal, e o meu amigo Lúcio Rogério, que faz parte Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano aqui na Câmara Distrital, defendendo aqui as questões da educação física.

Na verdade, eu vou explicar bem rapidamente, fui Secretário de Esporte na gestão de 2012 a 2014. A nossa bandeira sempre foi o esporte aliado à educação — e aproveito para cumprimentar todos os presentes. Ao chegar à Câmara Legislativa, na condição de Deputado Distrital, venho trabalhando em várias frentes, dentre elas a da educação, mais propriamente a questão da educação física.



Ouvindo as pessoas que militam nessa área, tive a oportunidade de conhecer o nosso Presidente, o Patrick, que, juntamente com a comissão de aprovados de educação física estiveram em meu gabinete, Presidente, levando essa demanda de nas séries iniciais haver um profissional dessa área.

Eu me lembro — e o Lúcio estava conosco lá — que vimos realmente a necessidade de no Distrito Federal aprovarmos uma lei dessa magnitude. Isso já vinha sendo implementado em outros Estados, inclusive, salvo melhor juízo, no Rio de Janeiro. E isso começou a ser uma bandeira nossa, até porque vemos a necessidade. Vemos que realmente quando a criança ou o jovem já tem esse contato logo no início, ele começa a ter essa aptidão. E isso tem tudo a ver com educação. Eu mesmo era apaixonado por educação física. Eu ia para a escola, mas eu queria ter a minha aulinha ali de educação física. E vemos a importância dessa disciplina. E foi uma luta gigantesca conseguirmos aprovar isso no âmbito da Câmara Distrital. Aprovamos essa matéria, depois ela foi encaminhada para o Governo. O Governador vetou a lei e nós conseguimos derrubá-la na Câmara Distrital, em que contei com o apoio dos 24 Deputados. E hoje estamos nessa luta. Ontem, tivemos uma audiência pública na Câmara para que essa lei seja implementada. Mas temos visto muita dificuldade do Estado. Não entendemos por que que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal... E aqui eu peço até ajuda aos nobres Deputados, porque realmente temos que fazer uma cobrança. E os Deputados Federais podem nos ajudar nesta questão de realmente a Secretaria de Educação ter essa sensibilidade. Estamos na fase de regulamentação dessa lei, porque nós precisamos colocar... São quase 750 escolas que o Distrito Federal tem hoje. No entanto, vemos essa deficiência, vemos essa falta de professores de educação física. E já há uma lei aprovada. Agora estamos nessa fase de cobrar do Estado e do Governador Rodrigo Rollemberg sensibilidade para colocar essa lei em pleno vigor, porque quem ganhará, sem dúvida alguma, Presidente Patrick, será a sociedade, serão os professores. Inclusive, temos um banco de dados lá, um cadastro-reserva de quase 500 professores, que precisam ser chamados. Está aí para vencer um concurso no mês de junho e, no entanto, já estamos com uma lei dessa aprovada. Então, não entendemos. Hoje mesmo — e eu até peço licença, porque, após a minha fala eu retornarei à Câmara Distrital. Hoje, é



dia de sessão, nós vamos aprovar alguns projetos, e eu quero, lá na tribuna, fazer essa cobrança ao Secretário de Educação, ao Governo do Distrito Federal, porque nós não podemos permitir que isso permaneça, até porque vemos a necessidade da regulamentação dessa lei.

Ademais, quero agradecer a oportunidade — revi o meu amigo Evandro Roman — e me colocar à disposição. Sem dúvida alguma, esse trabalho em conjunto, tanto da Câmara Distrital como da Câmara Federal, só poderá resultar em muitos frutos.

Vejo ali o nosso ex-Ministro do Esporte, o nosso Deputado. Nós temos um grande amigo que trabalha lá, o Célio Renê, que fala muito de V.Exa. Agora, deixou lá, salvo melhor juízo, o Leandro, como Ministro do Esporte. Quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho e exercício à frente do Ministério. Estamos vendo o Ministério crescer cada vez mais. V.Exa. está de parabéns!

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Muito obrigado.

O SR. JULIO CESAR - Quero cumprimentar o meu amigo, o Deputado César Halum, o nosso futuro Senador pelo Tocantins, do nosso partido.

Parabéns, Deputado César, pelo brilhante trabalho que V.Exa. também vem realizando no Estado e aqui nesta Casa!

Deus abençoe a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço a presença do Deputado Distrital Julio Cesar. Realmente, quando o vi, percebi que nós nos conhecemos, e foi do período em que eu fui Secretário do Esporte e do Turismo do Estado do Paraná. Nós tivemos a oportunidade de convivermos, de 2011 a meados de 2014, numa ação mais estadual.

Muito obrigado, realmente, pela sua presença e obrigado também pela implantação da Lei nº 5.884, de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do professor licenciado em educação física no sistema de ensino do Distrito Federal. Por isso, a nossa gratidão!

Eu agradeço também a presença do Deputado César Halum, sempre atuante na Comissão do Esporte.

Muito nos honra também a presença do eterno Ministro do Esporte, o Deputado Leonardo Picciani.



V.Exa. é uma pessoa que sempre teve as portas abertas para esta Comissão. Nós tínhamos a Subcomissão do Plano Nacional do Desporto, e V.Exa. sempre esteve presente com toda a sua equipe. Isso nos honra muito, temos uma gratidão muito grande por isso, acredito que não só os Deputados, mas também vários setores da educação física, na questão do esporte escolar e do esporte de rendimento. Então, nossa gratidão a V.Exa.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Presidente Evandro, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Pois não.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Para nos mantermos no tema, eu peço que V.Exa. conceda a palavra, por 2 minutos — já que o nosso Deputado Distrital não usou de todo o seu tempo —, ao Sr. Álcio, representante da comissão de aprovados em educação física no Distrito Federal. V.Exa. poderia passar a palavra para ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Perfeito. Não por via de regra, mas nós a concederemos. Na vez anterior, passou o período, e nós temos um prazo para terminar. Mas, por favor, a palavra é sua por 3 minutos.

O SR. ÁLCIO SILVA COSTA - Não vou me alongar.

Eu gostaria de parabenizar e cumprimentar V.Exa. e cumprimentar os demais companheiros da Mesa.

Gostaria de citar o Deputado Julio Cesar e agradecer-lhe, mais uma vez, a belíssima audiência pública de que participamos ontem, foi riquíssima. Contamos com a presença do nosso amigo Patrick, Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal — CREF, e do professor Roberto Correia.

Eu gostaria de deixar registrado aqui, Deputado — eu vou até ser um pouco incisivo —, o descaso que o Distrito Federal tem com a nossa categoria. Nós temos 500 professores aprovados em cadastro reserva. Tivemos várias discussões com o Deputado Julio Cesar, procuramos várias vezes a Secretaria de Educação, procuramos o Governador do Distrito Federal, e, em momento algum, foi sinalizado um estudo para que essa lei fosse regulamentada e que esses profissionais atuassem e atuem de forma digna, como as nossas crianças e os nossos alunos merecem.

Vemos o Estado, o tempo todo, tentando burlar de uma forma negligente, com contratos temporários, ocupar a vaga de efetivos. Em 48 dias vence o nosso



concurso, e, num debate belíssimo como este, eu não poderia deixar de registrar que esta Câmara, que os Deputados de alguma nos ajudem a fazer valer a lei e que o Governo do Distrito Federal se sensibilize e consiga nomear esses professores que estão disponíveis para dar o seu melhor para a educação física do Distrito Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós é que agradecemos. Obrigado, realmente, pela sua contribuição.

Registramos e agradecemos também a presença da Deputada Cristiane Brasil.

Passamos a palavra agora ao Sr. Roberto Corrêa, especialista em educação física escolar.

O SR. ROBERTO CORRÊA - Exmo. Deputado Evandro Roman, cumprimento-o e, fazendo isso, estendo o cumprimento aos demais membros da Mesa.

Como o protocolo já foi quebrado pelo companheiro de Mesa, o Raph, eu vou me permitir também me posicionar aqui.

Vou começar a minha fala, dizendo exatamente da crença que eu tenho num documento como a Base Nacional Comum Curricular e da importância que ele tem para o desenvolvimento da educação do País. Contudo, ele também tem alguns equívocos, e talvez o principal equívoco esteja exatamente numa das falas do nobre colega quando diz que o documento visa estabelecer diretrizes para a construção do conhecimento cognitivo e social e negligencia toda uma gama de inteligências necessárias à construção das inteligências da criança, quer dizer, ela não se restringe à questão cognitiva e à questão social. Nós estamos falando de inteligência sinestésica, de inteligência intrapessoal e interpessoal, de inteligência pictórica, quer dizer, de várias outras inteligentes que a base acaba não contemplando.

Quando precisamos de um médico, vamos buscar um especialista: se for uma doença de garganta, um otorrino, se for do aparelho gástrico, um gastroenterologista; quando preciso de um advogado, eu vou buscar um advogado especialista; mas, no processo mais importante da formação da criança, eu tenho a equivocada crença de que um único profissional, com uma única formação, é capaz



de dar conta de todas as dimensões do processo de formação dessa criança. *(Palmas.)* E é daí, exatamente, que vem a discussão sobre a necessidade de se entender o profissional de educação física, inserido como um profissional habilitado e competente desde a educação infantil, e aqui nós não estamos falando só dos anos iniciais, mas desde a educação infantil, perpassando toda a educação básica até o ensino médio.

Também é uma tarefa hercúlea conseguir tratar do tema em 10 minutos, mas vamos tentar na medida do possível.

Parte da minha fala já foi agraciada pela explanação do Prof. Haph, que apresentou o que é a Base Nacional Comum Curricular.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há uma questão importante com relação à base. Diferentemente dos outros documentos anteriores, trata-se de um documento normativo, estabelece uma diretriz obrigatória para todas as escolas públicas e privadas do País. É importante entendermos o peso que este documento tem na construção da educação nacional. É importante o esclarecimento sob a perspectiva da diferença entre a base e os currículos. O documento é bastante claro nesse sentido. Os currículos deverão ser construídos pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e distritais.

Vou tratar especificamente da educação física.

Na parte de educação infantil, na verdade, não vamos encontrar áreas de conhecimento. Nesse sentido acho que a estrutura da base está correta. A base vai falar sobre campos de experiência. Ela estabelece cinco campos de experiência: o eu, o outro e o nós; o corpo, gestos e movimentos...

Na base, no tocante à educação infantil, em momento nenhum vamos encontrar o termo “educação física”. Ele só vai aparecer no ensino fundamental já nos anos iniciais, mas, na educação infantil, ele não aparece. Não se fala em educação física, embora vários daqueles conteúdos destacados ali no eslaide necessariamente deveriam ser tratados por profissionais especialistas. E vamos falar disso um pouquinho à frente.

Então, a educação infantil vai falar de campos de experiências. São cinco campos.



O ensino fundamental se divide em anos iniciais e anos finais. Já tivemos diversos nomes em várias legislações: ensino primário, ensino ginásial, ensino de 1º grau. Isso foi mudando, foi sendo alterado ao longo da evolução da legislação.

Hoje, com relação ao ensino fundamental, há os anos iniciais, que contemplam os anos do 1º ao 5º; e os anos finais, do 6º ao 9º.

O ensino fundamental se divide em áreas de conhecimento. Aquele quadrinho naquele eslaide já foi até apresentado. Ganhei tempo com isso. Só friso novamente que a educação física se encontra na área de conhecimento das linguagens.

Agora, começamos a tratar especificamente da educação física na educação básica.

Eu poderia ter trazido isso sob várias óticas, mas optei por trazer em três dimensões: a importância da educação física sob a perspectiva do processo ensino-aprendizagem; a importância da educação física no esporte, que é uma questão discutível, polêmica, e está diretamente inserida com a matéria desta Comissão; e a educação física tendo a sua importância na dimensão da saúde.

Podemos dividir o processo de ensino-aprendizagem em duas dimensões: a dimensão psicopedagógica e a dimensão neurológica.

A primeira questão é bastante romântica mesmo: a mola de qualquer processo de aprendizagem, a motivação, está exatamente na significância e na relevância do conhecimento; ou seja, é saber o quanto gosto daquilo que está sendo apresentado para mim, o quanto entendo que aquilo é importante.

Se nós fizermos uma pesquisa com qualquer criança que tenha possibilidade de vivenciar educação física dentro da escola, a grande maioria vai dizer que a disciplina, a matéria, o conteúdo curricular com o qual ela mais se identifica é educação física.

Num primeiro momento, isso pode parecer simplesmente o seguinte: *“Ah, isso é assim porque educação física é brincadeira! A criança gosta disso!”*. Mas, se analisarmos, verificaremos que a educação física, dentre todas as disciplinas que compõem principalmente a estrutura curricular do ensino fundamental, é a única que vai, de fato, respeitar o processo de desenvolvimento da criança.

Criança é movimento. Ela precisa se movimentar, porque, na sua relação com o meio, ela vai construindo a sua inteligência.



E aí nós temos uma escola em que, em uma sala de aula, a criança passa 5 horas do dia sentada. Ela tem às vezes 30 minutos de intervalo, que nós costumamos chamar de recreio, e ela normalmente não pode correr porque não há espaço para isso dentro da escola, e nós a limitamos ou a restringimos, ou não há aula de educação física, que poderia dar conta dessa dimensão inserida na educação infantil nos anos iniciais, ministrada por profissionais especialistas.

As pesquisas demonstram que crianças que são expostas a programas de atividade física regular, sistemática e organizada, o que é diferente da atividade física ocasional, porque toda criança corre, toda criança salta, toda criança escala, toda criança arremessa, no processo organizado na construção desse conhecimento, as crianças que são expostas a esse tipo de conhecimento se alfabetizam com muito mais facilidade.

E também isso não ocorre à toa. A construção da linguagem se dá na relação com o meio, se dá do concreto ao abstrato. Quando uma criança corre e chega antes, ela começa a aprender o conceito abstrato de tempo. Quando uma criança manipula objetos de diferentes pesos, ela começa a construir exatamente o conceito de medidas — no caso, quilo ou alguma unidade de peso. Quando ela percebe que objetos têm tamanhos diferentes, ela começa a construir o conceito de metro, de centímetro. Todo o conhecimento se constrói a partir de vivências concretas, que lhes são apresentadas ou deveriam ser apresentadas nas aulas de educação física.

Então, educação física, na educação infantil, não é um coadjuvante do processo de construção da inteligência. Ela é protagonista. Sem os alicerces das experiências sensório-motores, as crianças têm muita dificuldade de aprender a ler, a escrever e a se comunicar de outras formas.

Em vez de se estabelecerem processos em que antecipamos alfabetização letrada, deveríamos, na verdade, aumentar o espaço de tempo em que a criança pode vivenciar as experiências motoras, principalmente organizadas, sistematizadas e supervisionadas por profissionais habilitados.

Porém, ainda em relação ao processo de ensino-aprendizagem, há outra dimensão: a dimensão neurológica.

Aquele conceito que afirmava que nascíamos com bilhões de neurônios e que, depois que nascíamos, não apareceriam mais neurônios foi superado. Não só



existe a possibilidade de nascimento de novos neurônios, como há a possibilidade do aumento das relações desses neurônios. Isso se dá exatamente pelo aumento de vascularização do cérebro, que se dá por meio de atividade física programada.

O que estou dizendo é que, no caso da criança que faz atividade física organizada, a sua perspectiva neuroanatômica tende a construir mais sinapses e mais relações entre neurônios do que as crianças que não o fazem.

Não estou falando de uma questão meramente corporativista ou meramente romântica, mas estou falando de ciência. A atividade física é imprescindível para o processo de construção da inteligência da criança.

Vamos falar agora de um conceito novo: a neurodidática.

O educador precisa conhecer o processo de desenvolvimento de sua criança, as fases de desenvolvimento de sua criança, ele precisa conhecer as necessidades de maturação de sua criança, para que ele possa, aí, sim, expô-la a atividades que sejam adequadas ao seu processo de construção de inteligência de inteligências, de múltiplas inteligências, não só da inteligência cognitiva.

A segunda dimensão é a dimensão do esporte, uma questão polêmica. Principalmente perto dos grandes eventos desportivos, como as Olimpíadas e os Jogos Pan-Americanos, aparece uma porção de gente dizendo: “*A escola deveria ser o celeiro de atletas deste País*”. Ou seja, temos de inserir o esporte competitivo e o esporte de alto rendimento na formação de atletas para disputar as grandes competições.

Para formar uma equipe de vôlei que vai disputar um campeonato internacional, eu falo de 12 atletas. Olha o processo de seleção que teria de ser feito com milhões de crianças que estão dentro da escola, que têm o direito democrático de acesso ao esporte e que estariam sendo selecionadas e classificadas.

A pergunta que vem logo em seguida é a seguinte: Ah, então eu estou querendo fazer um contradiscurso de que o esporte não deve estar dentro da escola? De jeito nenhum! O esporte deve, sim, estar dentro da escola, mas sob outra perspectiva: da participação, do esporte educativo e da democratização da atividade física. E uma das manifestações da atividade física é o esporte, que tem de ser desenvolvido dentro da escola.



Uma coisa importante que mais uma vez justifica a inserção do profissional de educação física na escola, desde os anos iniciais da educação infantil, é a seguinte: para que eu possa chegar àquele modelinho que está ali, o modelo mais aceito mundialmente de processo de desenvolvimento motor o qual chamamos de ampulheta de Gallahue, com os movimentos especializados de qualquer desporto, independentemente se o desporto será utilizado como participação, como forma recreativa ou como forma competitiva, eu preciso passar por etapas anteriores.

Eu começo na fase motora reflexa. Particularmente, não vejo muita necessidade de inserir o profissional de educação física neste momento, mas, a partir de 6 meses a 1 ano de idade, quando eu começo a construir as habilidades motoras rudimentares que serão o alicerce para as habilidades motoras fundamentais, que por sua vez serão os alicerces para as habilidades motoras especializadas, isso deve acontecer lá na educação infantil.

Isso significa dizer que, quando eu negligencio o processo de desenvolvimento dessa criança, por uma questão de desenvolvimento educacional, lá na frente, ela jamais — a não ser que seja um fenômeno —, alcançará o seu potencial, ou seja, o seu desenvolvimento otimizado.

Eu não estou falando de atleta de rendimento. Eu estou falando de crianças que tenham a possibilidade de se inserir, independentemente de sua classe socioeconômica, em qualquer atividade desportiva e atividade física sob a perspectiva do lazer, sob a perspectiva recreativa, sob a perspectiva inclusive do desporto de rendimento.

Nada impede que profissionais competentes e habilitados façam um processo de detecção de talentos dentro da escola. Isso é possível. O que o profissional não pode fazer dentro da escola é selecionar, classificar e privilegiar aqueles que têm mais habilidades.

Aí poderíamos discutir uma estrutura que vá além da escola — acredito que esta Comissão tenha este papel. Para aonde vão as crianças identificadas como possíveis talentos desportivos pelos profissionais de educação física dentro da escola? Hoje, no País, elas têm poucas possibilidades de dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento desportivo.



Sobre a última dimensão, a dimensão da saúde, hoje, duas em cada cinco crianças no Brasil estão com sobrepeso — alguns países até têm estatísticas piores e outros melhores.

As pesquisas demonstram que, em 2022, o mundo terá mais pessoas obesas do que pessoas com o peso dentro daquilo que entendemos como saúde.

O Brasil não é diferente e tem um dos maiores índices de obesidade. Nos últimos 10 anos, a obesidade no Brasil cresceu 79% — estou falando de obesidade infantil em crianças de 3 a 5 anos de idade.

Segundo uma pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o gasto com tratamento de doenças relacionadas ao sedentarismo e à obesidade, como diabetes *mellitus*, hipertensão arterial e alguns tipos de câncer, aproxima-se de 4 bilhões de reais. Isso se refere somente ao tratamento ambulatorial, porque, se fôssemos mensurar a quantidade de pessoas que tiram licença médica e se aposentam precocemente por essas doenças, esse gasto seria infinitamente maior.

A justificativa que eu ouço para a não inserção desse profissional na educação infantil e em todas as fases da educação básica é a seguinte: *“Nós concordamos com absolutamente tudo isso. Tudo que está sendo dito é perfeito. Nós entendemos isso, mas não temos dinheiro para colocar o profissional de educação física nas escolas”*. É ruim ouvir isso. No momento mais importante do processo de desenvolvimento da criança, vem este discurso em paralelo: *“Eu sei de tudo isso, eu conheço tudo isso, mas vou negligenciar essa formação, porque não tenho dinheiro para isso”*. Aí, nós negligenciamos esse processo de formação.

Além disso, essa é uma visão restrita, curta, porque não percebem que os gastos que teremos com as doenças em função exatamente do sedentarismo serão infinitamente maiores do que se tivéssemos uma política de saúde também inserida dentro da escola com a atividade física desenvolvida. Eu não estou falando necessariamente de colocar a criança para fazer atividade, o que também é possível, mas de construir uma relação e uma consciência corporal — aí, sim, estou falando de consciência corporal — que possa levar essa criança na sua vida adulta a ter autonomia e dar continuidade ao processo de manutenção da sua saúde.



Hoje, gastam-se algo em torno de 21 bilhões de reais no tratamento de doenças ligadas ao tabagismo. Todas as pesquisas no mundo inteiro demonstram que há uma relação inversa entre praticantes de atividade física e fumantes.

Portanto, construir com a criança o hábito de aderência à atividade física também é uma possibilidade de diminuir o número de fumantes na adolescência e na vida adulta, a partir da conscientização sobre saúde e qualidade de vida.

Ainda num conceito mais amplo de saúde, entendendo a saúde para além da doença, no conceito da OMS, que é o pleno desenvolvimento psicossocial e biológico, a possibilidade de a criança dar continuidade na sua vida ao desenvolvimento de relações sociais com outras crianças é sem dúvida alguma outra contribuição que a educação física pode oferecer.

Certa vez, caminhando com um amigo, eu tive a oportunidade de passar por uma praça pública e encontrar em torno de 60 pessoas da melhor idade fazendo atividade naquela praça. Eu, então, comentei: *“Olhe como é legal o conceito desses projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro”*. É interessante ver pessoas de 70 ou 80 anos indo para a praça pública fazer atividade física. Esse meu amigo, que não é profissional da área, disse assim: *“Ah, eu não estou vendo nada de interessante. Um professor lá na frente faz um monte de movimentos, e os velhinhos que estão ali não estão fazendo nada do que ele está fazendo”*. Eu disse: *“Você está vendo muito pequeno”*. Não fosse aquele profissional estar ali, os velhinhos estariam sentados em seus sofás, vendo televisão, com o controle remoto. Eles saíram das suas casas, foram para as praças, se relacionaram — tudo a partir de projetos voltados para a aderência à atividade física, que deve ser construída desde as idades mais tenras.

Eu não gosto muito de citar exemplos de outros países, mas acho que, nesse caso, a Finlândia é um exemplo interessante. Assim como todos os países do mundo, a Finlândia vivia uma epidemia de obesidade infantil. E, aí, buscou, como outros países, inserir políticas curativas de saúde, ligadas à medicina, para tentar reverter o problema da obesidade infantil. A Finlândia é o primeiro país do mundo a estabilizar a obesidade infantil. E já começa a dar indícios de uma diminuição.

Esse processo se iniciou na escola. O que foi feito? Aumentou-se o tempo de prática de atividade física das crianças e começou-se a discutir com elas questões de saúde e de qualidade de vida. Aí, a Finlândia começou a viver um efeito colateral



que não era esperado. Esperava-se que essas crianças, quando se tornassem adultas, tivessem outros hábitos. Ou seja, era um projeto de mudança do comportamento da sociedade finlandesa para 15 ou 20 anos. Mas já começa a dar indício de mudança agora. Por quê? Porque as crianças que estão sendo educadas sob essa ótica dentro das escolas estão reeducando os seus pais. Discutem em casa, com seus pais, a necessidade de uma vida com mais atividade física e de uma alimentação mais correta. O processo de mudança vem se acelerando a partir do conceito Saúde em Todas as Políticas. A Finlândia discute saúde em todas as políticas — também nas educacionais e nas esportivas —, em qualquer instância.

Eu sou professor do Instituto de Aplicação da UERJ. Há 32 anos ininterruptos, ministro aulas para a educação básica, ou seja, para crianças e jovens da educação infantil ao ensino médio. Essa discussão não é nova. Vinha avançando. E nós vínhamos construindo um processo de modificação, a partir de novos conceitos. Volto a dizer: embora a Base Nacional Comum Curricular traga algumas coisas bastante interessantes, peca em outras. E uma delas é não reconhecer que a educação física inserida na escola vai muito além da simples construção cognitiva ou da participação nesse processo como coadjuvante.

E, entendendo o discurso de que os sistemas precisam construir os seus currículos, é importante, Deputado Roman, apesar da possibilidade dessa construção ser uma perspectiva segmentada nos sistemas — municipal, estadual ou distrital —, que a União entenda que a saúde é uma política de Estado. Não pode ficar à mercê daquilo que os grupos estão discutindo em cada ente federativo.

Alguns deles já conseguiram aprovar legislação sobre a obrigatoriedade do profissional de educação física em todos os anos da educação básica, mas é importante que se entenda — e a sua contribuição tem sido valorosa nesse sentido — que é preciso, sim, aprovar o projeto de lei que discute isso e que até hoje está engavetado. Não se trata de uma questão corporativa ou de aumento de postos de trabalho, até porque, se fosse isso, eu nem estaria aqui. Neste ano, completo o tempo de trabalho para me aposentar — não vou fazer isso, porque essa é a minha vida e eu vou continuar até quando conseguir. Trata-se, isso sim, de entender que os estudantes brasileiros, em especial aqueles que estão inseridos nas escolas públicas, que são os mais necessitados, precisam, como diz a nossa Constituição,



de um pleno desenvolvimento. E, sem profissional de educação física em toda a educação básica, não há pleno desenvolvimento possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço ao Prof. Roberto Correa, especialista em educação física escolar.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, o Sr. Patrick Aguiar, vou ler duas perguntas que foram feitas pelos internautas no portal e-Democracia. São dirigidas ao Sr. Raph Gomes Alves, do Ministério da Educação, que logo na sequência terá que nos deixar — seu limite é às 16 horas.

A primeira pergunta é do João Paulo Saboia Fiuza, especialista em voleibol pela USP e professor de educação física na Escola Vera Cruz. Diz assim:

Educação Física é de extrema importância, por vários aspectos pedagógicos, sociais, de saúde, etc...

Todos os mais do que conhecidos avanços na formação e desenvolvimento corporal, físico e emocional, mas também nas relações com as outras pessoas, na valorização do coletivo, do trabalho em equipe, de todos os conteúdos transversais que são trabalhados em aulas de Educação Física.

Gostaria de saber: Com todas estas qualidades, importância e relevância, descritas acima, em comentários anteriores, tem alguém aí na câmara que incrivelmente seja contra a sua obrigatoriedade?

O SR. RAPH GOMES ALVES - Acho que não estamos discutindo aqui a importância da educação física. Tanto acreditamos na importância dos conhecimentos específicos desse componente curricular que ele está na Base Nacional Comum Curricular. Se os conhecimentos específicos e as práticas da educação física, assim como os de ciências, matemática e outros, estão na Base Nacional Comum Curricular, é porque se acredita que são importantes e necessários para o desenvolvimento integral do sujeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Está ótimo.



A última pergunta é do Clei Ferreira, graduando em Educação Física na Faculdade de São José, no Rio de Janeiro:

Será que em todas as escolas públicas o professor conseguirá seguir a BNCC e atingir todos os pontos necessários para o processo de aprendizagem do aluno sem que haja uma voltada para o investimento em materiais e espaço para que o professor possa ampliar suas estratégias de planejamento?

O SR. RAPH GOMES ALVES - A pergunta da Clay eu acho que é bem importante até porque há uma confusão muito forte em relação à responsabilidade de implementação da base. A responsabilidade de implementação da base não é só do professor. Ela é do professor, da Secretaria de Educação, da gestão escolar, do Estado brasileiro como um todo, de cada ente federado e do Ministério da Educação também.

Por isso, você tem, como eu coloquei, você tem outros programas, outras iniciativas e outras políticas públicas que surgem para apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Por exemplo, o Programa Nacional do Livro Didático. Tanto o edital de 2019 quanto o de 2020 já foram reeditados, já foram reorganizados, para que esses materiais que vão chegar à escola a partir do próximo ano já estejam alinhados à Base Nacional Comum Curricular. Esse é um ponto importante. A responsabilização é de todos os atores. Cada um claro com sua responsabilidade específica.

Outro ponto que eu gostaria de destacar também é por mais que tenhamos compartimentação do conhecimento em disciplinas, existem também outras formas de organização, outras formas tanto do ponto de vista interdisciplinar quanto organização por projetos. Não é só a disciplina, não é só o componente curricular que dá conta disso. Existem outras formas de organização.

Um ponto importante que eu acho que a Comissão traz também é a qualidade dessa formação do profissional que vai atuar, independentemente de qual é o conhecimento, quais são os estudos ou qual componente curricular que vai ser delimitado. Então, esse é um ponto importante de implementação da base, de



garantia de aprendizagem para as nossas crianças, jovens e adolescentes que estão na escola.

Então esse é um ponto. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Evandro pelo convite, o Roberto pelas palavras, o Jorge por estar aqui nessa mesa. Peço licença porque tenho uma agenda ministerial também. Coloco a Secretaria de Educação Básica à disposição para outros momentos aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós que agradecemos a sua presença, a sua participação. Raph, para nós é importante a presença sempre do Ministério da Educação até porque é o que rege, conduz. Leve um grande abraço ao novo Ministro, o Rossieli. Ele esteve por várias oportunidades, eu lembro duas, uma na elaboração na construção do Plano Nacional do Desporto — ele esteve presente, nós debatemos esse assunto — e também sobre uma das ações da Frente Parlamentar de Combate à Obesidade Infanto-juvenil. Enquanto Secretário ele esteve presente conosco aqui.

Então, leve o nosso abraço, a gratidão sempre ao Ministério da Educação que esteve presente conosco.

Muito obrigado.

Eu passo agora a palavra o Sr. Patrick Aguiar, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da Sétima Região, CREF7, Distrito Federal.

Por favor, meu amigo.

O SR. PATRICK AGUIAR - Boa tarde, Deputado Evandro, meu Presidente Jorge Steinhilber, meu amigo Roberto Corrêa, preciso cumprimentar também todos os Presidentes dos CREFs Brasil afora, todos os Conselheiros Federais que compõem a nossa plenária, nosso Conselheiro Daniel Veloso, quero dizer em nome dos amigos que esta luta, Deputado, é uma luta da sociedade.

O senhor já abriu espaço para discutirmos a Educação Física. É sempre um momento prazeroso para nós que somos verdadeiros defensores da sociedade. Brasil afora os CREFs — Conselho Regional de Educação Física vêm fazendo esse trabalho, porque nós entendemos a importância e a garantia dessa atividade sendo ministrada por um profissional de Educação Física.

Muitas das vezes nós chegamos em momentos como este e parece que estamos falando com as portas. Nós que estudamos, que sabemos da importância,



que transformamos a vida das pessoas no dia a dia, sabemos o tanto que nós podemos contribuir com a sociedade. Muitas das vezes chegamos aqui e parece que estamos falando com as portas, porque a resposta, como o colega Roberto Corrêa falou é: nós não temos dinheiro para implementar. Oras, se não temos dinheiro para a saúde, para a educação, nós temos dinheiro para que então?

É no mínimo lamentável chegar às casas como foi ontem na audiência pública, com vários agentes da educação, com vários profissionais de Educação Física, estudantes de Educação Física, buscando uma melhora para a sociedade, com sede de fazer melhor e, ao final, nosso Secretário de Educação fala: “nós não temos dinheiro para implementar”. Mas essa não é resposta do Distrito Federal. Essa resposta é em todo o Brasil. Deve ter alguma coisa de muito errada acontecendo. Todos os dias no noticiário nós vemos malas de dinheiro na cueca, em tudo que é canto, mas nós não temos dinheiro para a Educação Física nos anos iniciais, Deputado Evandro Roman.

Muito obrigado por esse momento, por nos proporcionar esse debate, mas ontem um colega nos questionou: e agora, o que nós vamos fazer? Aí eu fico perguntando: e agora, o que nós vamos fazer? Nós sabemos da importância. Está aqui, o Roberto Corrêa que veio aqui de forma exemplar, brilhante, mas agora o que nós vamos fazer? Da onde vamos partir, desse ponto daqui? Qual é o nosso próximo ponto? O colega veio, fez anotação, se interessou pela palestra, deve levar para os superiores dele.

Mas ficamos sempre dentro de uma nuvem de onde não conseguimos enxergar um palmo diante do nariz no Brasil. Será que essa é só mais uma audiência pública da qual não vamos ter nenhum resultado? Será que mais uma vez nós veremos os nossos colegas que vieram do Rio de Janeiro, o nosso Presidente não ver nenhum resultado? Eu saio da minha casa e eu não vou ter a certeza de que as minhas filhas vão ter a melhor educação, porque nós não temos dinheiro. Isso é lamentável.

Mas, de qualquer forma, só tenho que agradecer o espaço e sempre debater Educação Física. Educação neste País é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado ao nosso Patrick Aguiar, nosso grande companheiro, Presidente do CREF7.



O Deputado presente sempre tem a prerrogativa da fala.

Concedo a palavra à Deputada Cristiane Brasil.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Deputado Presidente, meu nobre colega Evandro Roman; Jorge, Presidente da CONFEF— Conselho Federal de Educação Física.

Roberto, eu quero te parabenizar.

Desculpa, Jorge, não ouvi sua fala.

(Não identificado) - Ele ainda não falou.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Estou crente que já tinha falado todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Não. Por isso eu abri a palavra para V.Exa. Ainda temos dois convidados para falar.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O Lúcio e o Presidente.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Então vou só elogiar também porque daqui a pouco vou ter que sair, mas vou ficar um pouquinho para te ouvir, viu Jorge. Faço questão de ouvi-lo.

Quero parabenizar o Roberto pela fala, quero dizer que eu estou feliz pela presença de todos aqui, em especial a todos do CONFEF — Conselho Federal de Educação Física e do CREF — Conselho Regional de Educação Física.

Quero dizer que o Roberto falou tudo o que eu penso. Sinceramente, ele falou com toda propriedade sobre o tema e, do alto de seu conhecimento, ele disse o que todo Parlamentar que é meu colega aqui deveria ouvir, e todo o especialista que está à frente das políticas públicas de educação no Brasil também — né Roberto?—, porque, como você falou, às vezes um especialista que se diz técnico, que está por trás de uma mesa dando canetada em política pública, passa numa praça e vê um projeto de ginástica para idoso, e por achar que os idosos não sabem se equilibrar direito ou não estejam fazendo os movimentos com a correção que eles acham que os idosos deveriam fazer, acham que aquele exercício não está valendo a pena, ou não está correto, simplesmente porque os idosos não têm o mesmo equilíbrio que um adolescente ou uma criança.



E se para as nossas crianças, na fase em que elas estão mais aptas a receber esse conhecimento, não tiverem a oportunidade, se não for dada a elas a oportunidade do mínimo do conhecimento de aprender ritmo, psicomotricidade, equilíbrio, o que se esperar delas durante a sua vida, ainda mais durante a sua velhice que sabemos que é a fase da vida que mais cresce em anos?

Eu ouvi você falar sobre a obesidade, que é um problema mundial. Às vezes eu fico olhando que aqui na Câmara temos a presença de muitos militares que se fazem representar aqui como representantes institucionais e você vê que a maioria deles não tem obesidade. Aí eu fico olhando aqueles representantes institucionais e fico olhando os Deputados, fico olhando as Deputadas, fico olhando os terceirizados, fico olhando os assessores, e a diferença é gritante. Por que os militares não ficam obesos e por que os demais ficam? Por causa da prática de atividade física constante ao longo da vida, não é Evandro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Basta você ver a foto de um Deputado de primeiro mandato e ele no terceiro. Pronto! Você já consegue entender.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Já entende rápido, porque ele antes de ser Deputado, no primeiro mandato, com certeza ele conseguia fazer atividade física e no terceiro ele já não consegue mais.

Então essa é uma causa que eu apoio. Eu apoio o CREF, todas as instituições do CONFEF, todas as instituições que estiverem juntas, para que nós possamos manter o profissional de educação física durante todo o processo de desenvolvimento, desde a mais tenra idade da criança dentro da sala de aula, dentro da escola. Todos terão sim meu apoio.

Eu quero realmente parabenizar o Deputado Evandro Roman por essa iniciativa desta audiência pública e me colocar ao lado dos senhores na mesma trincheira, para o que precisarem de mim.

Quero dizer ao Patrick: Patrick, não desiste não. Parece impossível, mas não é. Às vezes eu vejo Lúcio aqui há muitos anos. Lúcio Rogério, às vezes Lúcio, às vezes Rogério, Lúcio Rogério, e tal. Eu o chamo de Rogério. Temos que fazer um belo *lobby* junto aos Deputados. Eu estou tentando regulamentar aí, direto... Vamos fazer um *lobby* para ver se votamos isso. Vamos ver se os Deputados me ajudam hoje. Temos que trabalhar junto às Lideranças, aos Deputados, ao Presidente da Câmara, no dia a dia, para



fazer com que essa pauta seja realmente importante nesta Casa. Este é um ano importante. Vamos ver se conseguimos trabalhar esse tema, que é importante para você e passou a sê-lo também para mim. Vamos botar este tema como sendo do partido. Como Liderança, eu o ajudo a levá-lo adiante. Conte comigo.

(Não identificado) - Eu agradeço.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Conte comigo, Roberto. Parabéns pela brilhante explanação. Não desista, porque temos chance de fazer isso acontecer de verdade.

Obrigada. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputada Cristiane Brasil.

Nós vamos contar mesmo com V.Exa., pois hoje estamos numa cruzada no combate à obesidade infantojuvenil. Nós vamos ter que contar com um pessoal nos Estados que trabalhe de forma não ideológica, mas de forma pragmática, para que realmente encontremos o resultado nesta ação conjunta da atividade física, da alimentação e do sono. Nós estamos indo em direção a um controle muito alinhado. Vamos, portanto, contar muito com V.Exa. Estarei batendo na sua porta em breve, para trabalharmos, juntos, nessa ação.

Vou inverter a situação, deixando o Lúcio para o final e passando a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Sr. Jorge Steinhilber, até para que a Deputada Cristiane Brasil possa ouvi-lo.

Tem a palavra o Presidente Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER - Muito obrigado.

Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde a todos os que nos acompanham via Internet. Boa tarde, Deputada Cristiane Brasil. Tenho acompanhado a sua trajetória de luta.

Cumprimento o Roberto pela brilhante exposição que nos fez quanto à parte técnica, o Lúcio Rogério, o Presidente Patrick e todos os conselheiros regionais aqui presentes.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela conquista da lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de os profissionais de educação física serem os responsáveis pelo desenvolvimento da educação física em toda a Base Nacional Comum.

Nós, na verdade, temos uma luta pela frente. A Deputada disse aqui que não podemos esmorecer. Isso é a pura verdade. Eu estou nesta Casa acho que há 40 anos.

(Riso.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JORGE STEINHILBER - Se não fosse essa briga, não teria saído a regulamentação da profissão. Nós chegamos aqui para mostrar a relevância do profissional



de educação física, e não só da atividade física ou do esporte. E esta Casa acabou contemplando isso.

Eu só quero resgatar que, no início, Deputado Evandro, apenas um ou dois Deputados entendiam disso. À medida que nós fomos insistindo, como naquela história *“água mole em pedra dura tanto bate até que fura”*, os Deputados acabaram entendendo e aprovando o projeto de lei. É lógico que não foi a solução. Esse não é o resultado final, pois outros desafios se apresentam. Nós temos, portanto, que continuar trabalhando nesses outros desafios.

O Deputado Evandro Roman, não só na qualidade de profissional de educação física como também de Deputado, vem demonstrando a importância de todo esse processo, tanto da atividade física e do combate à obesidade quanto da questão da terceira idade, como a Deputada falou.

Tudo isso acaba passando pela educação física escolar. Isto que o nosso colega Roberto apresentou é a pura verdade: se houvesse uma educação física escolar de qualidade, provavelmente teríamos solucionado uma série de problemas.

Uma das questões que me parecem fundamentais — pena que o representante do Ministério da Educação já saiu — é que a Base Nacional Comum e os PCNs são coisas lindas e maravilhosas, mas quem aplica isso é o professor. E, em nenhum momento, há valorização do professor. Nós continuamos valorizando planos, programas, bases, mas não vamos na essência. Quem vai aplicar isso? Quem vai aplicar o plano? Quem vai aplicar a Base Nacional Comum? Quem vai resolver o processo? Quem vai estar à frente da criança? Quem vai receber conhecimento para aplica-lo à criança? Bom, primeiro que as próprias universidades hoje já não formam mais esse profissional. Segundo que o próprio Ministério hoje dá ênfase a preparar licenciados a distância, ou seja, já não há mais o contato com a criança. Portanto, nós não valorizamos a formação do profissional; não valorizamos o salário do profissional; e não valorizamos a função do profissional. Evidentemente, o profissional de educação física está inserido nesse contexto.

Os planos são lindos, são maravilhosos, são objetivos, sem dúvida nenhuma. Se ao menos fossem aplicados, se fossem implementados, se o profissional tivesse condições de conhecer tudo aquilo, assim como não teve condições de implantar os PCNs — muitos nem o entendiam.... Eu fico, inclusive, na dúvida se alguns, ou muitos, vão conseguir implantar este projeto pedagógico, porque as direções da



escola, Roberto, não dão importância a isso que você colocou aqui. As direções da escola, por meio dos Secretários de Educação, não compreendem a importância desta educação física que você colocou aqui como impactante no processo de desenvolvimento humano. É disto que o mundo inteiro está falando hoje: profissional de educação física, e não mais profissional de atividade física. Antigamente, a Carta Internacional da UNESCO dizia que o esporte ou a atividade física é que promovia a saúde e a formação. Hoje já mudaram a carta por influência nossa, por interferência do Conselho Federal de Educação Física, que, junto com a Federação Internacional de Educação Física — FIEP, foi lá dizer que não é o esporte, que não é a atividade física, mas que é o profissional de educação física. A carta hoje já diz que a atividade física pode promover saúde e formação. Pode promover em função de quê? Em função de o profissional aplicar todas as ferramentas, como brincadeira, jogos, psicomotricidade, esporte? Essas ferramentas são de quem? São nossa, do profissional de educação física. Estou falando profissional de educação física, mas entendo que, em todo processo educacional, o professor é o responsável. Como nós aqui somos especificamente da área de educação física, eu vou me valer disso. É esse profissional que tem que ter conhecimento e que tem que ter condições de aplicá-lo. As direções de escola têm que entender isso.

Deputada Flávia, prazer em vê-la. Estivemos em uma audiência pública em Goiás e conversamos exatamente sobre isso com as direções de escola e com o Secretário de Educação. Se o Secretário de Educação não entende a importância, desta relevância do profissional de educação física. Se a direção da escola não dá valor a isso, o profissional de educação física vai ficar sozinho batendo na tecla daquilo que deveria ser prioridade. Qual seria a prioridade, matemática ou português?

Mas o Roberto acabou de mostrar aqui para nós que, se a criança não tiver o desenvolvimento, ela não aprende matemática nem português. Na verdade, ela precisa do profissional de educação física em todas as instâncias.

Presidente Patrick, isso é a pura verdade. Infelizmente as pessoas dizem que não têm dinheiro para contratar o profissional. Ou seja, não tem dinheiro porque não priorizam educação, mas têm dinheiro para outras coisas, têm dinheiro para outras



construções. Não vou nem falar daquilo que o senhor colocou, vou falar na prioridade.

Se a educação fosse prioridade, eu colocaria o recurso financeiro naquilo que eu sei que vai impactar no desenvolvimento do País; naquilo que eu sei que vai melhorar como um todo a população; naquilo que eu sei que vai criar uma cidadania consciente e que vai levar as pessoas a terem um desenvolvimento humano melhor.

A verdade é que o PLC 116, de 2013 foi aprovado nesta Câmara porque nós viemos brigar. O Conselho Federal de Educação Física tem que brigar em várias frentes. Ele tem de brigar pela obrigatoriedade da educação física porque, se não houver a lei da obrigatoriedade, infelizmente ela não acontece. Conseguimos vencer isso aqui no Congresso Nacional. Ela hoje é obrigatória.

Ele tem que brigar pela presença do profissional de educação física. Assim como o senhor conseguiu no Estado — hoje vários outros Estados e Municípios têm leis similares —, ele tem que brigar aqui para que haja uma lei federal.

Essa lei que foi aprovada por esta Casa, foi aprovada por todas as Comissões no Senado Federal e só não vai à frente porque o Ministério da Educação diz que não tem dinheiro. Ele apresentou requerimento para que o projeto de lei não caminhasse.

Eu sei da briga do Deputado Evandro Roman e de outros Deputados no sentido de tentar fazer com que esse projeto possa tramitar. Essa é uma briga que nós, do Conselho, temos que fazer, assim como nós fomos brigar nas audiências da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental para manter a obrigatoriedade da educação física.

Já estamos organizados agora para participar das cinco audiências da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental que vão começar agora em maio. Já estamos organizados para estarmos presentes em todas elas.

Estaremos lá sendo chatos, sim, dizendo que a educação física tem que ser obrigatória; que o profissional de educação física é quem deve aplicar essa atividade; e demonstrando com tudo isso, tecnicamente, como o Roberto apresentou aqui, a relevância dessa questão.

Qual é a preocupação? Presidente Patrick, respondendo a sua pergunta, o que nós temos que fazer agora — já que na audiência pública de ontem não



quiseram, que é o grande receio que o Ministério da educação tem — é denunciar ao Ministério Público que há uma lei que não está sendo cumprida pelo Governo. Aí sim!

Já que não querem entender pela questão social, já que não querem entender pela questão da importância da construção da cidadania, então vamos pela questão da obrigatoriedade. Vamos exigir que a lei seja cumprida.

Por isso nós brigamos para houvesse a lei. Nós brigamos pela lei para poder defender a sociedade. Como bem disse o Roberto, não estamos aqui para brigar por corporativismo, nós estamos aqui para brigar pelo direito de a sociedade ter os serviços de atividade física prestados por profissionais de educação física em todas as instâncias, mostrando que essa atividade é fundamental e essencial para a qualidade de vida das pessoas. Nós temos que brigar pelas duas linhas: pela importância da aplicação da atividade em todas as instâncias e pela obrigatoriedade — lei. No momento em que houver lei, se não quiserem entender pelo convencimento da importância dela, vão, então, pela obrigatoriedade, como antigamente era a questão do cinto de segurança. Havia o entendimento de que era importante, mas quase ninguém aplicava, até que se tornou obrigatório e quem não o usasse era multado.

Se não conseguimos convencer, Roberto, pela importância, pela necessidade e pela qualidade, vamos fazer valer a defesa da sociedade pela obrigatoriedade. Vamos implantar a lei que já está sendo implantada em diversos Estados, e, se não for cumprida, o Ministério Público vai fazer com que a lei seja cumprida. Infelizmente, esse é o caminho que temos que seguir. Infelizmente, é o caminho que o Conselho Federal junto com os conselhos regionais e com os conselheiros, de um modo geral, têm que aplicar, mas não podemos esmorecer.

Não podemos fugir desse lado que foi dito pelo Roberto. Devemos mostrar a importância e a relevância disso e convencer os secretários de que isso é uma questão de desenvolvimento humano. Se não conseguimos convencer, então vamos pela obrigatoriedade. Vamos criar a lei e vamos fazer com que essa prioridade efetivamente seja cumprida e garantida por nós, porque sem alfabetização motora ninguém vai conseguir crescer, e a atividade física e o profissional de educação física hoje são essenciais para essa questão do desenvolvimento humano.



Esse era o recado que eu queria deixar aqui. Vamos trabalhar juntos, Deputado. Contem sempre conosco os dois Deputados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Presidente Jorge Steinhilber, do Conselho Federal de Educação Física.

Registro as presenças dos Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, que está aqui, Flávia Moraes, que também é autora do requerimento e profissional de educação física, Vicente Candido, que passou por aqui, e o Arnaldo Jordy, que é muito atuante na Comissão também.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Rogério, Secretário Executivo da Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Deputada Cristiane Brasil, aproveitando a sua saída, eu quero, antes de começar, prestar testemunho do seu trabalho em favor da sociedade no Rio de Janeiro. Olhem que eu não tinha acordo com aquele Governo, mas a sua secretaria, o seu trabalho em favor dos idosos no Rio de Janeiro foi brilhante, garantindo a presença de profissionais de educação física devidamente habilitados no atendimento. Portanto, quando se quer, tendo ou não tendo dinheiro, se faz, e V.Exa. é prova disso. Parabéns pelo seu trabalho no Rio de Janeiro. A educação física lhe deve isso a vida inteira, e a sociedade lhe deve mais.

Boa tarde a todos. Nós temos uma missão árdua, depois de tantos doutos em educação física falarem, mas é importante frisar que o conceito científico está garantido. Esta Comissão do Esporte e os nossos Deputados Evandro Roman e Flávia Moraes vêm liderando esse trabalho de garantir que a educação física tenha os seus espaços reconhecidos. Estamos mudando o conceito no Brasil. Graças ao trabalho dos Deputados Evandro Roman e Flávia Moraes, o Brasil está entendendo a importância de contratar professores de educação física para as séries iniciais.

O Presidente Jorge falou do PLC 116 e da nossa briga de mais de 10 anos para levar esse PLC à aprovação na Câmara Federal e no Senado. E a prova do temor ou da falta de compromisso de investimento sério em educação no Brasil é a educação física, porque a ciência comprova sua importância e garante que ela é importante. Nós temos a certeza de que as crianças teriam qualidade, especialmente nas escolas públicas, se fossem atendidas por professores de



educação física, desde as séries iniciais. Ainda hoje na capital do Brasil, temos concursados aprovados desde 2013, e o Governo do Distrito Federal não convoca esses aprovados. São mais de 500 profissionais aprovados e prontos para trabalhar, com vontade de trabalhar, mas não são empossados.

As escolas particulares do País, 90% delas, no jardim de infância, das séries iniciais e do Ensino Infantil, têm professor de educação física atendendo às crianças. Portanto, é sim uma mazela pública, é sim uma falta de compromisso com a educação de qualidade e com quem não tem condições de pagar uma escola particular. Os Governos precisam ter atenção com as nossas crianças das famílias com pouco mais de carência, com pouco mais de dificuldade. Não há qualidade na educação, se não houver a oferta de educação física com licenciados em educação física. A ciência comprova isso.

Eu quero destacar que, no transcorrer dos últimos anos, os Deputados Arnaldo Jordy e Professora Dorinha Seabra Rezende são parlamentares que estão brigando pela qualidade na educação pública do País e que têm em seu discurso e também na ação o trabalho de aprovação dessa legislação, de alteração dessa legislação, para garantir que a nossa população tenha, sim, o atendimento pela educação física.

A Base Nacional Comum Curricular começou, foi apontada pelo atual Governo como necessária, retirando a educação física. Então, houve uma briga desses Parlamentares, uma aprovação desses Parlamentares aqui citados — os Deputados César Halum, que foi Presidente, Vicente Candido, Cristiane Brasil, Evandro Roman, Flávia Morais, Arnaldo Jordy, Professora Dorinha Seabra Rezende, Evandro Roman, Flávia Morais e Arnaldo Jordy. Todos os brasileiros que estão nos assistindo podem ter certeza de que esses Parlamentares primam pela qualidade na educação. Eu quero reforçar isso aqui.

Na Base Nacional Comum Curricular, esta Casa teve a defesa desses Parlamentares para que nós conseguíssemos colocar de volta a obrigatoriedade da educação física. Foram esses Parlamentares que convenceram o Relator, que também acatou. O Deputado Izalci Lucas, do Distrito Federal, que foi o Relator da base, acatou o retorno da educação física com muita força da Comissão do Esporte, eu quero destacar também. E é hora de agradecer aos Parlamentares e aos seus



funcionários, esses citados, mas também à Comissão do Esporte, que sempre primou por abrir espaço para essa discussão, num País que muitas vezes via de forma simples as Olimpíadas, a prática esportiva do alto rendimento, e a Comissão do Esporte fez a discussão, sim, de que a base precisa ser alterada, e para se alterar a base é importante investir seriamente em educação. Este País terá, sim, algum dia, melhores resultados se realmente conseguir fazer essa mudança, iniciada pelos Parlamentares aqui citados. Eu, sendo Secretário Executivo da Frente Parlamentar Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, ocupando este lugar à mesa, quero destacar essa situação. Trouxemos a situação do Distrito Federal como exemplo, aprovamos lei determinando a Educação Física desde o Ensino Infantil, aprovamos lei alterando, e o Governo não consegue implantar, mesmo com concursados aprovados. Ele não consegue fazer essa mudança, não consegue oferecer esta qualidade à população do Distrito Federal, e esse exemplo se repete no Brasil inteiro.

Graças a Deus, outros exemplos positivos estão acontecendo. É o caso do Município de Porto Alegre, é o caso do Município do Rio de Janeiro, é o caso do Município de Goiânia, capital de Goiás, que também alterou a lei e oferece a Educação Física, portanto, é possível oferecer, sim, essa qualidade. E ter na Base Nacional Comum Curricular a disciplina de Educação Física não será suficiente se os nossos Parlamentares não se imbuírem no sentido de levar emendas, de garantir verbas, mas também fiscalizar o Executivo dos seus Estados, dos seus Municípios, o que, aliás, é uma das prerrogativas e uma das obrigações do Parlamentar, fiscalizar o Executivo e determinar que ele cumpra as legislações vigentes, e fazer com que nós possamos ter esse atendimento.

Quero destacar essas situações, não me alongar muito mais, mas agradecer e parabenizar pela audiência pública organizada aqui pelos requerimentos da Deputada Flávia Morais, do Deputado Evandro Roman, mas que, com certeza, são assinados também por todos estes Parlamentares que aqui estiveram presentes hoje.

Obrigado, Deputado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Lúcio Rogério, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Atividade Física para o



Desenvolvimento Humano. O seu trabalho é fundamental, aqui sempre atuante, e nos cobrando para que cada vez mais nós venhamos a ter pautas que venham a desenvolver a prática da Educação Física, da atividade física, da Educação Física escolar, enfim, tudo que envolve as ações dessa Frente.

Pela ordem de inscrição, a Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende será a próxima a falar.

Eu gostaria somente de dizer que eu tenho um compromisso agora, às 16h40min, se algum Deputado ou alguma Deputada tiver a possibilidade de depois desse horário assumir a condução dos trabalhos, eu fico grato.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde.

Eu queria parabenizar esta Comissão pela iniciativa de promover o debate sobre a Educação Física e o seu fortalecimento, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, e a preocupação com a Base Nacional Comum Curricular.

Eu queria só destacar que, no caso do Ensino Médio, nós votamos aqui a reforma do Ensino Médio, e a gente conseguiu recuperar, como foi mencionado aqui, tanto o espaço da Educação Física quanto aquele da Filosofia e da Sociologia, mas lembrar que, no caso da Base, neste momento é muito importante a mobilização nos Estados, porque o MEC entregou formalmente uma versão ao Conselho. E no desenho que foi feito no Fundamental, e agora que está sendo realizado pelo MEC, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação, penso que é um espaço que nós podemos inclusive, enquanto Comissão, avançar o debate, porque 99% do Ensino Médio é feito pelos Estados, rede pública. E o CONSED, eu já fui presidente, inclusive, do CONSED e é lá que nós poderíamos tentar amadurecer essa discussão em relação à Base Nacional Comum Curricular, lembrando que essa mobilização no âmbito dos Estados, das universidades, participando dos encontros estaduais..., porque cada Estado vai realizar o seu encontro para debater a proposta da Base Nacional na parte do Ensino Médio, e é muito importante esse resgate, do ponto de vista mesmo de compromisso político. Onde a gente esbarra? Na falta de estrutura, na falta de profissionais. São escolas totalmente inadequadas, muitas não têm o espaço físico



adequado nem para salas de aula, muito menos para a prática da atividade da Educação Física e do esporte educacional.

Lembro também que neste momento nós estamos fazendo o debate com relação ao custo aluno/qualidade. Quer dizer, o que uma escola precisa ter e quanto isso custa? Isso o Plano Nacional define, o prazo já está esgotado, mas eu sou a Relatora do FUNDEB, e estamos discutindo a constitucionalização da contribuição e da complementação da União. Atualmente, a União contribui com 10% no total dos fundos. Os Estados e Municípios, que são os entes mais frágeis, têm que custear 90% de toda a Educação Básica. Logicamente, a nossa proposta é que esse percentual vá crescendo gradativamente, mas nós queremos saber o seguinte: esse dinheiro chega e vai priorizar o quê? Então, é nesse custo aluno/qualidade que nós entendemos que existe um espaço a ser ocupado, com a garantia de uma boa formação, uma formação contínua, de estrutura e de condições de trabalho. A maioria das escolas, infelizmente, sequer tem um espaço adequado para a atividade esportiva no âmbito da escola, e nem um bom profissional. Não é nem não ter um bom profissional, a maioria das escolas não tem o profissional. E aí a universidade e as Secretarias podem nos ajudar muito nessa construção, neste momento de fechamento da Proposta da Base.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, sempre atuante, presente nas questões educacionais e principalmente apoiando sempre o profissional da Educação Física e a profissão de Educação Física.

Algum dos Deputados gostaria de falar? Se não, eu passo a palavra, por 3 minutos, ao Conselheiro Daniel Veloso. Por favor, o senhor dispõe de 3 minutos para fazer sua intervenção.

O SR. DANIEL VELOSO - Boa tarde a todos. Cumprimento à Mesa, todos os Deputados presentes. Eu queria falar sobre dois pontos, bem rapidamente, na verdade, são três pontos. Infelizmente, o Raph teve que ir embora, mas eu queria falar sobre o que foi já destacado pelo Roberto Corrêa, como se cria algo relacionado à Educação Física e... eu vou resumir, no sentido de que colocam especialistas em currículo, e ele alegou isso, e não colocam aquilo que nós vamos



resumir como aprendizagem motora na Educação Física. Isso não faz o menor sentido. Volta, porque há algo de errado, e é preciso que se entenda por que aconteceu isso. Eu espero que tenha sido algo involuntário, e não algo que se tenha querido.

O Prof. Roberto foi extremamente sábio e espetacular em como ele abordou toda essa construção científica e prática da educação física.

Eu sou professor de educação física da rede pública do Distrito Federal e também da rede particular de educação superior, e lá eu apresento uma pesquisa realizada pelo Instituto Atletas pela Cidadania, pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Votorantim. A pesquisa, feita com os diretores da escola, buscava saber qual era o objetivo da educação física na escola. Um dos pontos apresentados mostrava que para 70% deles era para achar talento esportivo. O meu questionamento, quando eu apresento isso para os alunos para discussão, é: *“Quem tem que cobrar educação física na escola não sabe o porquê da educação física na escola”*. Se eu não sei o que vou cobrar, será difícil cobrar certo e será difícil ofertar a estrutura adequada para que o professor de educação física atue da maneira como está nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o que quer que seja e os detalhes que talvez o currículo tenha esquecido.

Eu queria não corrigir, mas trocar, um termo que o nosso Presidente Jorge, do CONFEF, usou, o de que nós estaremos lá sendo chatos. O jeito como falamos é fundamental, eu entendo que é um jeito figurativo de dizer, mas talvez estejamos em um momento em que não podemos ser muito figurativos. Não estaremos lá sendo chatos, estaremos lá sendo responsáveis — porque é nossa obrigação, como profissionais da educação física, como formadores de pessoas — pela construção da base curricular nacional, neste caso, no âmbito do ensino médio. E para mim não faz o menor sentido alguém pensar a educação física de fora dessa base.

Eu agradeço a todos pelo espaço, parabenizo o trabalho do CREF7 e de toda a Comissão.

Parabéns, Deputado Evandro Roman! Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Conselheiro do CREF7.



Registro a presença da Nicole, 2ª Vice-Presidente do CREF7 do Distrito Federal. Muito obrigado pela sua presença.

Passo a palavra à Deputada Flávia Moraes, também autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não quero me alongar muito, mas dizer que sou também professora de educação física, todos aqui sabem, e o nosso papel é importantíssimo no sentido de trazer para a discussão desta Comissão, para além do esporte de alto rendimento — e aqui nós temos vários ex-atletas —, a importância do esporte educacional.

Temos aqui trabalhado de várias formas. Eu acho que este debate hoje sobre a nova Base Nacional Comum Curricular, com a obrigatoriedade da educação física, com a exigência do profissional de educação física nas escolas, é muito importante. Nós não podemos deixar esse momento ficar no papel; precisamos agir, e eu acho que este debate é o começo.

Sempre falo, Deputado Evandro, que não podemos deixar que as audiências públicas se encerrem só na conversa, porque as palavras voam ao vento e nós precisamos fazer encaminhamentos objetivos dessas nossas discussões. Então, eu queria sugerir ao Presidente desta Comissão, também como autora do requerimento, que a partir desta reunião criássemos uma subcomissão específica sobre esse tema, para que pudéssemos fazer o encaminhamento, o acompanhamento sugerido pela Deputada Professora Dorinha.

Não podemos perder esse trem da história. Este momento é importante, eu acho que é um momento de articulação, e hoje temos a presença de vários Parlamentares — graças a Deus! — envolvidos também com essa causa. Antes, o Lúcio Rogério sabe, o Jorge Steinhilber sabe, era quase uma voz só (*riso*). Graças a Deus estamos tendo mais Parlamentares envolvidos com essa causa.

Então, seria importante termos alguns Parlamentares acompanhando de perto essa articulação sobre essas exigências, tanto nos Conselhos, como a Deputada Dorinha falou, como também nos Estados, solicitando informações sobre como se encontra nas capitais e também nas escolas estaduais; acompanhando como o Governo do Estado está tratando essa questão; verificando quais são os índices e os números, para que pudéssemos, através dessa subcomissão, fazer um levantamento dos dados do País e saber aonde temos que investir mais, aonde



temos que nos empenhar mais, e articular com as bancadas dos Estados para que possamos ter um resultado real no País, um avanço em relação a isso.

Nós sabemos que, hoje, muitas vezes mais do que tirar dez, mais do que o desempenho intelectual, nós precisamos desenvolver a inteligência emocional. E nada melhor do que uma boa educação física nas escolas para que possamos desenvolver integralmente o ser humano. *(Palmas.)*

Sabemos que ela vem trazer esse complemento. Às vezes está ali o que tira nota dez, mas, de repente, se começa a descobrir outras potências no aluno, se consegue trabalhar em grupo, e aquele que só tira dez começa a desempenhar diferentemente, começa a ter um relacionamento diferente com os colegas e com o mundo. Eu acho que a boa educação física é extremamente enriquecedora para qualquer processo educacional.

Então, ficam estas nossas palavras. Espero, Deputado Evandro Roman, que o senhor possa somar conosco nesse sentido. Eu acho que é uma subcomissão importantíssima para este ano que iniciamos agora.

Queria agradecer a todos os expositores que participam conosco desta audiência pública e dizer que precisamos muito de vocês nessa luta. Um abraço e muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputada Flávia Morais. Pode contar comigo como membro desta subcomissão. Não tenha dúvida de que estaremos presentes.

Eu gostaria, pelo adiantado da hora, de passarmos para o encerramento.

Tem a palavra o Prof. Roberto para as suas considerações finais, por 1 minuto.

O SR. ROBERTO CORRÊA - Em primeiro lugar, quero mais uma vez parabenizar e agradecer ao Deputado Evandro Roman por essa construção. Aquilo que eu disse na minha fala sobre a preocupação como educador, como profissional da educação, como profissional da educação física, está diretamente relacionado com o objeto que nós temos em mãos, e no meu caso e de muitos aqui é a educação física, para construir uma sociedade melhor. Eu vejo que esse é o papel de todo educador. A educação física tem muito a contribuir nesse sentido.



E quero parabenizar também o CONFEF, na pessoa do Presidente Jorge Steinhilber, por toda a luta que tem desenvolvido; os Conselhos Regionais; o Presidente Patrick Aguiar; o Lúcio Rogério, incansável lutador; o Thiago Medeiros, que desenvolve também essa luta no Rio de Janeiro, na Frente Parlamentar no nosso Estado.

E quero dizer que contamos com esta Casa para construirmos de fato um futuro melhor para este País. Obviamente, isso não depende exclusivamente da educação física, mas sem dúvida alguma com a educação física dentro da escola vai ser muito mais fácil.

Muito obrigado pela oportunidade, pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pela presença e também pela fala, Sr. Roberto.

Tem a palavra o Sr. Patrick Aguiar, Presidente do CREF7.

O SR. PATRICK AGUIAR - Sr. Deputado, muito obrigado pela oportunidade.

Mais uma vez, coloco o Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região totalmente à disposição da Deputada Flávia, do Deputado Evandro, para fazermos essa construção. Para o que precisarem da gente, estaremos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço ao Patrick Aguiar.

Passo a palavra ao Sr. Lúcio Rogério, Secretário Executivo da Frente Parlamentar.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Deputada Flávia Moraes, Deputado Evandro, agradeço a prontidão em nos atender com esse requerimento. Agradeço aos Parlamentares presentes, à Deputada Dorinha, que ainda está aqui e é sempre muito participante, e na pessoa de S.Exa. eu quero agradecer aos demais Parlamentares que precisaram sair, e isso é normal.

E aí há uma fala minha para os que estão nos assistindo. A Casa tem muito movimento e os Parlamentares precisam estar em várias Comissões, nós sabemos disso, e é preciso frisar que muitas vezes o Parlamentar faz esse rodízio, sai e volta, mas não é por falta de atenção. Pelo contrário, especialmente nesta Comissão, a educação física tem sido muito bem atendida.



Eu quero agradecer a Deus as oportunidades que tem nos dado e dizer que temos muita esperança de que este País melhore. Nós sabemos que será através de uma escola com qualidade, e a escola precisa ter educação física desde o ensino infantil para que ofereça essa qualidade, mas é através da educação que nós poderemos corrigir todas as mazelas deste País. É só através da educação.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Lúcio Rogério.

Passo a palavra ao Presidente Jorge Steinhilber, do CONFEF.

O SR. JORGE STEINHILBER - Quero agradecer a oportunidade de mais uma vez podermos estar aqui nesta Comissão contribuindo e trazendo a importância do profissional da educação física. E quero dizer para a Deputada Dorinha que conte conosco para esse apoio, para o que precisar de nós, seja do Conselho Federal, seja dos Conselhos Regionais, para cerrarmos fileiras junto com V.Exa. nessa luta.

Acreditamos que todos os espaços são fundamentais para inserir no processo seja a Base Nacional Comum, seja a FUNDEP, seja o Plano Nacional de Educação, para fazer com que as escolas estejam contempladas cada vez mais e em melhores condições de atender as crianças.

Deputada Flávia, de nossa parte nós ficamos, neste momento, muito felizes por ver que depois de tantos anos uma voz se eleva em favor da educação física escolar. Criar uma subcomissão da educação física escolar nesta Comissão de Esporte eu creio que será um grande avanço, porque cada vez que discutíamos educação física escolar, diziam que isso era problema do Ministério da Educação ou da educação. E nós temos defendido que não. Evidentemente, ela está inserida no contexto da educação, mas ela também está inserida no contexto da sociedade, do esporte como um todo. Então, cerramos fileiras e, se for possível, contribuiremos e apoiaremos no sentido de que esta subcomissão seja criada. Parabéns por sua proposta!

Deputado Evandro, mais uma vez parabenizo-o por estar presidindo uma audiência que procura levar à sociedade como um todo, a todos aqueles que nos assistem a importância não só da educação, mas também do professor e do



profissional de educação física como um fator essencial para que os serviços sejam de qualidade e segurança. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradecemos ao Presidente do CONFEF, Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber. Fomos informados, Deputada Flávia Moraes, que o Requerimento nº 146, de 2106, já está aprovado na implantação da Comissão. Então, fica fácil para que V.Exa. possa assumir e conduzir os trabalhos. Só não tinha espaço. Eram três Subcomissões. Ela estava sendo utilizada pelo Plano Nacional do Desporto, e com o encerramento dele abriu-se esta possibilidade. Então, estamos sem problemas. (*Palmas.*)

Eu só gostaria de passar à Sra. Margareth Anderáos, que é membra do Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo que depois será feito o encaminhamento da resposta. Também fizeram considerações a Sra. Solange Guerra Bueno, que é de São Paulo, e o Sr. Nivaldo Filho.

Encerrando a situação, eu concordo com todas as situações que foram colocadas. Eu falo que dinheiro é uma escolha. Num orçamento do tamanho que é o orçamento da União, ocorre uma escolha. E essa escolha passa realmente pela falta de entendimento de que a educação física escolar é um elemento de desenvolvimento humano, com prioridades, é um elemento de promoção da saúde, com o tempo, de criar o hábito para que enquanto adulto ele possa sentir o prazer de calçar um tênis e fazer a prática da atividade física.

Sabemos que o homem é um animal do hábito — todos nós sabemos isso. Agora, o principal hábito da vida é criado na escola. Se ele não tiver na escola esse desenvolvimento com uma prática de atividade física regular em que ele sinta o prazer desse desenvolvimento, não será enquanto adulto que isso vai acontecer. Então, nós estamos com a pirâmide invertida, nós estamos com a pirâmide invertida, e estamos trabalhando lá na ponta, na cura, e nós sabemos que não há fim os recursos colocados lá na doença, no momento da doença, enquanto nós temos aqui a possibilidade de desenvolver um trabalho da promoção da saúde para as futuras gerações, pela prática da atividade física, pelo gosto da atividade física, e isso começa com a educação física escolar. E essa é uma das coisas que eu prego e vou sempre defender.



Eu acredito, como disse a Deputada Flávia Moraes, que estamos evoluindo. Houve um tempo em que era uma única voz e agora nós temos inúmeras vozes aqui dentro que realmente ecoam e fazem isso. Então, parabenizo aqui desta forma a atuação sempre presente do Conselho Federal de Educação Física aqui, que está sempre atuando.

E nós temos algumas batalhas pela frente. Uma delas é um trabalho realizado, conforme eu falei à Deputada Cristiane Brasil, para o combate à obesidade infanto-juvenil, não em um radicalismo como está sendo colocado no Chile, no Equador, no Uruguai. Eu falo que o dia que eu acreditar neste radicalismo eu tenho que deixar para trás tudo o que eu estudei até agora, acreditando que o problema da obesidade está somente no alimento, desprezando de qualquer forma a prática da atividade física e também a qualidade do sono. E esse radicalismo está chegando ao Brasil.

Como profissionais da área da educação física, nós temos que ter o entendimento que isto é um processo, e é “multi”, não “mono”. Nós temos que ter esse entendimento. Teremos outros fatores maiores, mas os principais passam... Sim, o alimento é um deles? É, com 1/3 da sua contribuição. Não é satanizando a questão alimentar que nós vamos resolver a questão da obesidade infantil ou da obesidade infanto-juvenil e de adultos, e sim a educação que passa por algo chamado educação física escolar. Esse é um dos fatores. Sós nós também não resolveremos. Então, é a este entendimento que nós temos que nos unir e fazer desenvolver nesta Casa. Quem sabe até uma Comissão Especial seja necessária para discutir esse fator, porque o radicalismo está vindo, e isso é maléfico para todos nós.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos convoco os nobres pares para a reunião deliberativa ordinária, amanhã, dia 18 de abril, às 14 horas, neste mesmo plenário, seguida de Audiência Pública com o Ministro do Esporte.

Está encerrada a reunião.